



HANNAH ARENDT E CHARLES TAYLOR: IMPRESSÕES DA MODERNIDADE

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v2i52.12697>

Carlos Fernando Silva Brito

Universidade Federal do Piauí – UFPI - Brasil

Resumo

O objetivo fundamental deste artigo consiste em aproximar as reflexões da filósofa judia Hannah Arendt e do canadense Charles Taylor acerca da crise de representatividade na política moderna. Referenciais teóricos norteadores da nossa abordagem serão fundamentalmente as obras de Arendt *A condição humana* (2016) e *Entre o passado e o futuro* (2011), bem como *As fontes do self* (2013) e *Hegel e a sociedade moderna* (2005) de Charles Taylor. Um aspecto relevante desta reflexão encontra-se no diagnóstico que ambos os autores fazem da modernidade, chamando atenção para processos de desenraizamento cultural ocasionado por políticas totalitárias ocorridas na modernidade. O artigo encontra-se estruturado em dois momentos. Em primeiro lugar, uma apresentação das duas leituras da modernidade, enfatizando a ascensão do sujeito, no caso de Taylor, e a concepção de ruptura, no caso Arendt. Em segundo, uma exposição das políticas de reconhecimento de cada autor, apresentando o comunitarismo de Taylor e o *amor mundi* de Hannah Arendt. A partir desse duplo movimento será possível apresentar a importância e atualidade dessas duas reflexões para um entendimento do fenômeno moderno de desenraizamento cultural político.

Palavras-chave: Comunitarismo; Modernidade; Política; Representatividade.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a ideia de que sociedade moderna encontra-se imersa numa profunda crise ético-política de identidade e reconhecimento. A partir da Era Moderna, o homem passou a uma glorificação do seu caráter individual e buscou pautar o a sociedade a partir de um objetivismo universal que ignora o *ethos* formador de cada pessoa. A partir desse problema, vários pensadores do século XX passaram a debruçar-se sobre os efeitos dessa glorificação e a importância de propor uma sociedade capaz de superar essa espécie de egolatria presente na modernidade. Dentro dessa gama de pensadores, farei aqui uma abordagem das análises da alemã e judia Hannah Arendt e do canadense Charles Taylor. A partir das obras de Hannah Arendt e C. Taylor, o objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre a autorrealização dos homens e a instauração de um espaço público plural. Para tanto, apresentarei num primeiro momento o diagnóstico crítico que Arendt e Taylor fazem da sociedade moderna, buscando

identificar o ponto de partida das teorias éticas e políticas de ambos. Em seguida, farei uma explanação acerca da problemática do reconhecimento e sua direta relação com a política e a comunidade, buscando compreender a importância de um espaço público capaz de existir como *locus* da autorrealização dos homens. Por fim, apresentarei uma análise sucinta das semelhanças e aproximações das teorias de Hannah Arendt e Charles Taylor.

Os autores aqui abordados, partindo de pontos referenciais diferentes, conseguem identificar aspectos semelhantes de uma modernidade centrada no eu, em decorrência da qual são ocasionados o esfacelamento da política e o declínio da esfera pública. Ambos acreditam que a esfera pública é o lugar de realização plena do homem, de modo que as noções de bem e justiça presentes no *ethos* formador de cada indivíduo não devem ser negligenciadas. Tal fator será fortemente abordado nesta tentativa de diálogo entre esses pensadores.

2 LEITURAS DA MODERNIDADE

Em seus projetos filosóficos, Hannah Arendt (1906-1975) e Charles Taylor (1931-), fazem um movimento similar, no que se refere a sua leitura dos aspectos que compõem as sociedades modernas. Ambos trabalham numa perspectiva de criticar o ideal filosófico da modernidade, que pôs o sujeito autorreferencial no centro do saber e agir com consequências graves para a sociedade. Hannah Arendt faz esse movimento crítico através de sua análise política das sociedades de massas e dos eventos totalitários, enquanto Charles Taylor faz sua análise pautada pelo comunitarismo em oposição ao liberalismo¹. No que se segue, apresentaremos os dois modos de conceber os problemas da modernidade.

2.1 Modernidade e ascensão do sujeito

O pensamento filosófico de Charles Taylor possui suas raízes no hegelianismo, de modo que, ao analisar a modernidade, o filósofo busca, fazendo o processo de síntese, compreender como se deu e se perpetua a condição “autodefinitória” (TAYLOR, 2014, p. 26) do sujeito. Ao descrever o sujeito moderno como autodefinitório, Taylor chama atenção para a

¹ A crítica comunitarista ao liberalismo possui vários nuances de acordo com seus diversos autores, cujos principais representantes são Michael Sandel, Charles Taylor, Michael Walzer e Alasdair MacIntyre. No entanto, de modo geral, pode-se definir o projeto comunitarista como sendo um projeto filosófico surgido nos anos 80, pautado em argumentos aristotélicos, hegelianos, rousseauianos e românticos, que visava pensar a sociedade a partir de “fundamentos normativos mais sensíveis à autocompreensão cultural das pessoas”, propondo um “alargamento do horizonte de reflexões da razão prática” em face da pluralidade da sociedade moderna. Para melhor compreender essa relação crítica entre comunitaristas e liberais, cf. WERLE, 2012, pp. 272-284.

glorificação da individualidade do homem em depreciação da noção de comunidade. Apesar disso, ele, como hegeliano, descreve a modernidade não somente de modo negativo, mas consegue dialeticamente identificar aspectos positivos no espírito da modernidade.

Consciente da pluralidade das interpretações acerca da modernidade, Taylor afirma que “algumas se mostram otimistas, e nos veem como tendo galgado um patamar superior; outras apresentam um quadro de declínio, de perda, de esquecimento. Nenhuma das alternativas parece-me correta; ambas ignoram amplamente aspectos importantes de nossa situação.” (TAYLOR, 2013, p. 10). Apesar de reconhecer essa pluralidade, um fator parece ser consenso nessas reflexões, a saber, a ideia de que o deslocamento do sujeito de sua comunidade formadora e a negação de seu *ethos* formador têm gerado enormes demandas de reconhecimento.

Taylor, acompanhando a crítica hegeliana ao kantismo, atesta que, “o individualismo começa, como afirma Hegel, quando os homens deixam de se identificar com a vida da comunidade, quando eles ‘refletem’, ou seja, quando se voltam para si mesmos, e se veem de modo mais importante como indivíduos detentores de objetivos individuais” (TAYLOR, 2005, p. 117). A sociedade moderna passou a construir a identidade pautada numa objetividade universal do sujeito, donde se deduz que as noções de justiça e de bem estão desvinculadas do *ethos* formador de cada indivíduo, ignorando assim o papel da comunidade. À guisa de exemplo, há a forte crise de identidade das comunidades indígenas tradicionais da América em face de um avanço da sociedade capitalista que se contrapõe fortemente ao *ethos* formador dessas comunidades².

Em síntese, segundo Taylor, a identidade moderna possui três aspectos fortes:

[...] em **primeiro lugar**, a interioridade moderna, o sentido de nós mesmos como seres dotados de profundezas interiores, e a noção vinculada de que somos um *self*; **em segundo**, a afirmação da vida cotidiana que se desenvolve a partir do início do período moderno; e, **por fim**, a noção expressivista da natureza como fonte moral interior (TAYLOR, 2013, p. 10, grifo nosso).

Essas três principais características encontram-se no âmago do que ele chamará de “crise de identidade”. Estas características são constructos sociais que remontam à filosofia de Agostinho e Descartes e ainda reverberam nas literaturas do século XX. Cada qual à sua

² Para maiores considerações sobre o problema de reconhecimento nas comunidades indígenas, verificar a matéria “Comunidades indígenas e os problemas atuais”. Nesta matéria um dos problemas sobre a relação entre a cultura indígena e a portuguesa que formou a sociedade brasileira, é – além do avanço das doenças provenientes do continente europeu – o desenraizamento indígena diante dos novos padrões de conduta puramente europeus, como por exemplo, o alcoolismo ligado não a processos medicinais, mas ao lazer. Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/articles/9550/1/Comunidades-Indigenas-e-os-problemas-atuais/Paacuteginal.html> <Acesso em: 26/04/2018>.

maneira, os pensadores associados ao comunitarismo irão se debruçar sobre os principais problemas oriundos dessa tríplice caracterização. De modo abrangente, tais características influenciam diretamente as problemáticas de uma política de reconhecimento.

2.2 Modernidade como ruptura com a tradição

A filosofia política de Hannah Arendt está diretamente vinculada à reflexão acerca dos efeitos resultantes dos regimes totalitários vivenciados pela humanidade no século XX. Para a pensadora, a sociedade contemporânea pós-guerras é herdeira de uma ruptura na tradição. Ela afirma que, ao contrário do que muitos acreditam, não foram as sociedades intelectuais dos séculos XIX e XX, críticas da tradição, que provocaram essa ruptura em nossa história. A pensadora afirma textualmente que:

[...] nem as consequências no século XX nem a rebelião do século XIX contra a tradição provocaram efetivamente a quebra em nossa história. Essa brotou de um caos de perplexidades de massa no palco político e de opiniões de massa na esfera espiritual que os movimentos totalitários, através do terror e da ideologia, cristalizaram em uma nova forma de governo e dominação (ARENDDT, 2014, p. 53).

Ao falar sobre “perplexidades de massas no palco político”, Arendt se refere ao domínio totalitário ocorrido na 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Tal domínio foi seu objeto de estudo em *Origens do Totalitarismo* (1951), no qual ela propôs sua análise original do evento, destacando a realidade política, ética e moral que se encontrava para além dos terrores da guerra. Com base nessa análise, posteriormente Arendt afirmará que “a ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior” (ARENDDT, 2014, p. 54). A relação entre essa ruptura e o totalitarismo é analisada com o fim de sintetizar o papel da massificação da sociedade para a efetivação do declínio da esfera pública e, conseqüentemente, da crise de reconhecimento dos sujeitos dentro da política.

Todo governo tirânico, despótico ou totalitário precisa das massas para manter-se firme e sustentar sua ideologia. Refletindo sobre a importância da sociedade para o totalitarismo, Arendt afirma que este “[...] não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas” (ARENDDT, 2012, p. 435). Arendt não chama atenção para o papel das massas apenas na ascensão desse regime, mas também para a manutenção do mesmo.

O totalitarismo se destaca de outros regimes governamentais justamente porque nele se dá grande ênfase ao papel das massas. Para esse sistema, o interessante não é ter o monopólio de algumas classes ou segmentos da sociedade, mas ter para si a fidelidade de todos os indivíduos. Para isso, é necessário ver e pensar a sociedade de modo uniforme, ou seja, como sociedade de massas.

Segundo Arendt:

Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário. Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política (ARENDR, 2012, p. 438).

A pensadora apresenta aqui, uma distinção entre o papel das massas no movimento totalitário e no governo totalitário. Em suma, essa diferença se dá pelo fato de que no movimento totalitário o seu principal armamento é a propaganda, pois ele se forma em um meio não-totalitário e, por isso, deve apresentar sua ideologia de modo atraente. As massas, nesse aspecto, são almejadas pela fidelidade. Já no governo totalitário, a principal característica é o terror, que serve como coerção a fim de manter o poder e, nesse aspecto, o meio usado [o governo] serve para manter a fidelidade das massas, que foram conquistadas no movimento anterior.

A sociedade é o palco onde se desenvolvem as ideias totalitaristas. Porém, diferente das liberdades democráticas, que se baseiam na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, mas que só adquirem significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas (ARENDR, 2012, p. 440), o totalitarismo vê a sociedade como um todo a partir do princípio de igualdade [abstrata], visando a sociedade apenas em seu aspecto massificador.

É importante salientar aqui que Arendt não acredita que esse fenômeno de massificação seja produto única e exclusivamente do totalitarismo, mas que é resultado da contribuição das mais diversas teorias filosóficas que, partindo de Platão e culminando em Marx, reservaram à política um lugar inferior aos demais “modos de agir”, ou seja, atuações dos homens que não necessariamente são do terreno da opinião, do dissenso. Aqui se pode aproximar a noção arendtiana com a de Taylor, quando ambos, direta ou indiretamente, afirmam que a glorificação do indivíduo e de seus anseios causam danos à noção de *polis*, de comunidade.

Mesmo com suas diferenças, no que se refere à origem das abordagens do sujeito individual moderno, pode-se concluir que Arendt e Taylor apresentam com precisão o dano que pode causar a glorificação da individualidade dos sujeitos, seja na sociedade de massas, como sujeito diluído e manipulável nas massas sem pertencer a um corpo político específico, seja no modo como o homem não se reconhece numa comunidade por conta da negação do *ethos* formador comunitário daquele indivíduo. Ambos os aspectos estão diretamente relacionados com a problemática do reconhecimento.

3. POLÍTICA DO RECONHECIMENTO

As análises realizadas pelos autores em relação à era moderna são extremamente instigantes e fundamentais para o desenvolvimento de suas teorias. Tanto Arendt como Taylor partem dos “problemas da modernidade” para pensarem uma ressignificação do espaço público. Com o propósito de prosseguir na análise das teorias de ambos, farei a seguir uma breve apreciação de suas ideias fundamentais para a compressão da importância do espaço público na autorrealização do sujeito nas sociedades hodiernas, herdeiras de uma ruptura com a tradição e de uma glorificação da individualidade do sujeito moderno, segundo Hannah Arendt e Charles Taylor.

3.1 O homem, a política e a esfera pública

Apesar das constatações feitas por Arendt sobre o [desenraizamento político do] homem moderno, a pensadora não desanimou e tampouco desistiu da ressignificação da política. Seguindo a linhas de pensamento agostinianas, Arendt buscou com a expressão *amor mundi* lembrar aos homens a mais política das atividades humanas, a saber, a ação.

A ação é a atividade humana puramente da política. Não se pode agir sozinho, isolado, a ação é sempre uma atividade voltada para os outros, e por isso é uma atividade política. “A política baseia-se na pluralidade dos homens, Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza” (ARENDR, 2006, p. 21).

Reviver o sentido da ação é lembrar três conceitos cruciais que ajudaram a pensadora a continuar acreditando na capacidade dos homens de ressignificar a política e de se sentirem pertencentes a um corpo político: a natalidade, o perdão e a promessa.

A natalidade, na teoria da ação de Hannah Arendt, consiste na capacidade humana de criar e inovar a partir do nascimento de novos homens. A pensadora acreditava que a “cada

novo nascimento surge uma luz” (ARENDDT, 2016, p. 15). Os homens novos podem e são capazes de agir e, agindo, ressignificar a política.

O perdão em Arendt é o que livra os homens do fardo da irreversibilidade, é o que lhes garante a oportunidade de recomeçar. O perdão “descongela” o agir, das consequências das ações anteriores, é a oportunidade de continuar sua história. Esta capacidade humana é dependente da pluralidade e, portanto, é política, pois ninguém pode perdoar a si mesmo.

A promessa, por sua vez, livra-os da imprevisibilidade do futuro e surge diretamente do desejo político de conviver uns com os outros, fazendo uso da ação e do discurso. A promessa é a faculdade que permite retomar a crença na humanidade.

Destarte, nota-se na teoria da ação de Hannah Arendt, na contramão da modernidade que desabrigou os homens de suas comunidades políticas com o declínio da esfera pública, que a autora propõe uma ressignificação da política através do reconhecimento da pluralidade dos homens, apesar desta não ser uma ideia explícita na teoria arendtiana. -. Em contraposição à modernidade, o que possui primazia dentro das preocupações políticas é o mundo constituído pelos homens e não apenas pelo homem [como indivíduo], ou seja, a autora está aqui chamando atenção para uma política comunitária.

A pluralidade é efetivamente encarnada e respeitada somente no espaço público. “Afinal, a *polis* era como um palco comum a todos habitantes, onde os indivíduos-atores poderiam aparecer e contracenar, tendo assim reconhecidas e certificadas as suas existências pelos demais cidadãos-espectadores” (ARENDDT, 2002, p. 19). Arendt esclarece que o “aparecer e contracenar” dos homens é uma unidade essencial para a vida em comum. “O aparecer é a unidade mais contrária ao espaço privado, é, pois, a primeira característica do espaço público” (CARDOSO JÚNIOR, 2014, p. 34).

Essa concepção do “aparecer” arendtiano é feita a partir da análise da sociedade grega, e por isso se liga tão diretamente à filosofia agostiniana. Essa junção resulta no conceito arendtiano de “natalidade”. Ambas as categorias se relacionam diretamente com a possibilidade de novos começos e a revelação das identidades pessoais. Ambas caracterizam os desdobramentos da ação dos homens.

Para Arendt, aparecer no espaço público consiste numa política de reconhecer-se partícipe de um corpo político e apresentar-se através da ação e do discurso nesse espaço. Desse modo, sem tornar-se comunitarista e sem negar a importância do pertencimento a uma comunidade, pode-se afirmar que Arendt tenta restaurar em sua política a noção de pertencimento e reconhecimento do sujeito em uma esfera pública, local onde se aparece, ou seja, local onde os sujeitos revelam-se juntamente com o seu *ethos* formador.

3.2 O homem, a comunidade e o espaço público

O alerta para a urgência de políticas de reconhecimento no pensamento ético de Charles Taylor é de extrema importância, pois se relaciona diretamente com o projeto de uma ressignificação da política. Taylor acredita que os homens, quando deslocados de sua comunidade, perdem o sentido e a referência de seu *ethos* formador e conseqüentemente atravessam graves crises de identidade.

A preocupação de Taylor está na elaboração de uma ética que permita aos indivíduos recuperar aquilo que lhes confere a possibilidade de projetar existencialmente formas significativas de vida. É com base na recuperação da antropologia filosófica que Taylor vê a possibilidade de elaborar uma ética que possa ter um impacto real na vida das pessoas, a fim de fazê-las perceber a importância dos termos “identidade” e “reconhecimento”. Para ele, esses termos estão estreitamente ligados no campo semântico da política moderna como estruturação de novos significados para as ações humanas no espaço do convívio público. A identidade só pode se realizar caso o espaço de interlocução entre os agentes esteja sustentado pelo reconhecimento de cada um como forma de expressão humana. É esse princípio do reconhecimento do outro que precisa estar claro na formulação de novas práticas políticas (ARAÚJO, 2004, p. 1720).

O projeto comunitarista de Taylor visa retomar a noção de bem para o centro do espaço público. A fim de conseguir êxito em tal empreendimento, o pensador se propõe a superar a “ditadura do justo”, enaltecendo a importância que a comunidade possui na formação do indivíduo. Ao acessar um espaço público, o indivíduo deve ser capaz de reconhecer-se como pertencente a esse espaço, “(...) o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora” (TAYLOR, 2000, p. 241). O que Taylor está querendo afirmar é que uma sociedade pautada pelos princípios liberais de uma ética do justo pode servir como forma de opressão e de negação da identidade do sujeito.

Todo esse movimento de reconhecer-se ocorre dentro do espaço público. Respondendo à questão sobre o que é um espaço público, Taylor afirma:

Desejo descrevê-la como um espaço comum em que os membros da sociedade se congregam, por meio de uma variedade de meios (impessos, eletrônicos), bem como em encontros diretos, para discutir questões de interesse comum – para assim poder ser capazes de formar uma ideia comum sobre essas questões (TAYLOR, 2000, p. 277).

Desse modo, a esfera pública em Taylor – semelhante à Arendt – se configura como um espaço do aparecer dos homens para o debate sobre questões do interesse comum. Destarte, observa-se que o pensamento ético-político de Taylor está diretamente pautado pela

preocupação com a origem das fontes morais da era moderna, procurando entender sua implicação na vida dos sujeitos. Taylor defende que os indivíduos dependem do reconhecimento intersubjetivo para se autorrealizarem, e essa autorrealização ocorre principalmente dentro do campo da esfera pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas da era moderna, diagnosticados e apresentados por Arendt e Taylor chamam atenção por serem fortes reflexões sobre a crise de representatividade da sociedade hodierna. Tanto num campo político como num campo ético, a população em sua maioria não se vê mais pertencente a um corpo político específico ou a uma comunidade originária. Como os autores mostram, isso ocorre pela massificação da sociedade e/ou pelo modo como a sociedade moderna ignora a formação dos indivíduos dentro de um *ethos* comunitário.

Arendt afirma que, na modernidade, há um severo esvaziamento do espaço público, enquanto Taylor afirma que há uma profunda crise de identidade. Os dois pensadores querem, através de nomenclaturas e abordagens teóricas diferentes, chamar atenção para essa impossibilidade dos homens se autorrealizarem em sociedades onde o espaço público primeiro nega a sua formação comunitária particular, desfavorecendo também o diálogo e a ação. Desse modo, tem-se a compreensão de que Arendt e Taylor pensam a importância do espaço público como espaço propício para a autorrealização dos sujeitos, autorrealização que é política e ética.

Essa autorrealização se dá de modo diferente nos dois autores. Para Arendt, o homem se realiza no espaço público através da ação e do discurso. Ao falarmos de autorrealização no pensamento arendtiano, estamos falando de um modo mais público e político, não de meras realizações pessoais, mas realização da máxima potencialidade da ação dos sujeitos. No entanto, dizer isso não significa acreditar que a autora nega ou ignora a condição de *ethos* formador que seja anterior à esfera pública. Pelo contrário, ao definir que o homem é apenas na medida em que aparece na esfera pública, a autora está chamando atenção exatamente para esse caráter pré-político da constituição das identidades subjetivas. Em Taylor, essa autorrealização é o modo como o sujeito formado pelo *ethos* de uma comunidade se encontra diante da pluralidade de um espaço público, e vê nesse mesmo espaço o respeito para com suas noções de bem que estão presentes no seu *ethos* formador, anterior a esse espaço público. No centro dessa teoria do reconhecimento de Taylor há a exortação para a necessidade de a sociedade promover políticas de respeito a esses diversos *ethos* individuais que constituem a identidade dos sujeitos.

Destarte, Hannah Arendt e Charles Taylor, partindo de locais diferentes fazem suas análises da modernidade e chegam a pontos próximos ao fim dessas reflexões. Ambos propõem uma esfera pública onde o respeito à pluralidade e a opinião sejam princípios pétreos que pautem a relação entre sujeito e sociedade. Somente numa esfera pública com essas características é que o homem será capaz de plenamente se reconhecer pertencente a e representado em um corpo político-social, e assim definir-se como plenamente realizado.

HANNAH ARENDT AND CHARLES TAYLOR: IMPRESSIONS OF MODERNITY

Abstract

This study proposes to approximate the reflections of the Jewish philosopher Hannah Arendt and the Canadian Charles Taylor on crisis of representativity in modern politic. The works *The Human Condition* (2016) and *Between Past and Future* (2011), by Arendt, as well as *Sources of the Self* (2013) and *Hegel and Modern Society* (2005), by Charles Taylor, will be theoretical references leading our approach. An important aspect of this reflection is in the diagnostic that both authors make of modernity, emphasizing to processes of cultural rootlessness caused by totalitarian politics that occurred in modernity. Therefore, this analysis is structured in two moments. First, a presentation of the two readings of modernity with special attention to the subject's ascension, in case of Taylor, and the conception of rupture, in case of Arendt. Second, an exposition of the politics of recognition of each author, presenting the communitarianism of Taylor and Amor Mundi of Hannah Arendt. Then, it will be possible for this study to present the importance and actuality of these two discussions for a comprehension of the modern phenomenon of cultural-political rootlessness.

Keywords: Communitarianism; Modernity; Politics; Representativity.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Paulo Roberto M. de. **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Origens do totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

RAMOS, Flamarion C; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara (Orgs.). **Manual de Filosofia política:** para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAYLOR, C. **Argumentos Filosóficos.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **As fontes do self:** a construção da identidade moderna. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

_____. **Hegel e a Sociedade Moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

_____. **Hegel:** Sistema, Método e Estrutura. São Paulo: Realizações Editora, 2014.

Sobre o autor

Carlos Fernando Silva Brito é graduado em Filosofia no Instituto de Ensinos Superiores do Maranhão (IESMA), especialista em Ética e Filosofia Política e mestrando em Filosofia. Endereço eletrônico: semfernand@gmail.com